

DETERMINANTES SOCIAIS DO SERVIÇO SOCIAL¹

Eliana Brito Nascimento²

RESUMO

Este artigo busca analisar os determinantes sociais do trabalho do Assistente Social, considerando as transformações históricas da sociedade. Descreve a sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, vinculada às estratégias do Estado monopolista para enfrentamento das sequelas da “questão social”. Discute a compreensão da profissionalidade do Serviço Social. Analisa a construção histórica da profissão no Brasil, seu amadurecimento e desafios para a consolidação de um Projeto Ético Político, Ressalta a importância do processo crítico-reflexivo e a necessária busca de avanço na unidade entre teoria e prática.

Palavras-chave: Serviço Social. Determinantes Sociais. Projeto Ético Político.

ABSTRACT

This paper analyzes the determinants of social work social worker, considering the historical transformations of society. Describes their integration in socio-technical division of labor, linked to strategies for coping with the state monopoly of the sequelae of the "social question." Discusses understanding the professionalism of social work. Analyzes the historical development of the profession in Brazil, ripening and challenges to the consolidation of a Political Ethics Project, emphasized the importance of critical process-reflective and the necessary searches forward in unity of theory and practice.

Keywords: Social Service. Social Determinants. Political Ethics Project.

1 INTRODUÇÃO

A análise do Projeto Ético Político do Serviço Social requer, como afirma Iamamoto (2006), "a ruptura com uma “visão endógena da profissão”, buscando uma compreensão dos determinantes sociais que conformam o trabalho profissional a partir das transformações históricas da sociedade. Essa ampliação pressupõe o entendimento da dinâmica da relação Estado / classes sociais; as demandas dos usuários e suas estratégias de enfrentamento das

¹ O conteúdo deste artigo compõe dissertação da autora para conclusão do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador / BA.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (1990), Especialização em Saúde Mental pela Universidade Federal da Bahia e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Assistente Social - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e Secretaria Municipal de Saúde - Salvador - professor da Universidade Católica do Salvador

manifestações da questão social; sua inserção na divisão sócio – técnica do trabalho; sua regulamentação / normatização; as implicações do “caráter dos organismos empregadores” e dos vínculos de trabalho estabelecidos para a efetivação do trabalho profissional; “políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais” e as condições materiais para a viabilização do trabalho.

Certamente as respostas acionadas dependem do perfil social e profissional dos assistentes sociais e, em particular, da apropriação teórico – metodológica para leitura dos processos sociais, princípios éticos, a clareza quanto às competências, atribuições e o domínio de habilidades adequadas ao trabalho concreto realizado, o que condiciona a eleição de estratégias acionadas, a qualidade e resultado dos serviços prestados. (IAMAMOTO, 2006, p.182)

2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

É consenso no meio acadêmico, a existência de um vínculo estrutural entre o surgimento do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e a constituição das políticas sociais, ambos compondo a estratégia estatal para enfrentamento das manifestações da “questão social”. Para Netto (2011, p.18), “[...] *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.*” (grifos do autor).

O autor nos remete ao processo de sucessão do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista, que tem início no final do século XIX, caracterizado, essencialmente, pela perseguição do objetivo de potencializar os lucros para o capital por meio do monopólio dos mercados. Ora, tal propósito, para efetivar-se, requeria o apoio de mecanismos extra econômicos, donde o redimensionamento do Estado, o qual deixa de atuar como “guardião das condições externas da produção capitalista” – sua peculiaridade na fase concorrencial – assumindo as características de “comitê executivo da burguesia monopolista”. Na fase monopolista, portanto, “[...] as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2011), passando, este, a intervir internamente na economia, sistematicamente e de modo continuado, funcionando como um “administrador dos ciclos de crise”.

Entretanto, a legitimação desta condição remete à correlação de classes, requerendo a busca do consenso. É a partir daí que o Estado passa a incorporar as demandas das classes subalternas, dando-lhes respostas significativas – fruto da sua capacidade de mobilização e organização política - desde que estas possam ser “refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto de maximização dos lucros” (NETTO, 2011, p.29) Para assegurar os interesses do capital, o Estado passa a responsabilizar-se pela manutenção da Força de Trabalho, garantindo-lhes determinados níveis de consumo, e o faz por meio de um sistema de proteção social.

“É só a partir da concretização das possibilidades econômico – sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*.” (NETTO, 2011, p.29) (grifos do autor). Marcando, assim, a inseparabilidade das funções políticas e econômicas, o Estado burguês, fruto do capitalismo monopolista, passa a intervir de forma contínua e sistemática sobre as expressões da “questão social” – nomeadas por Netto (2011) como “sequelas da ordem burguesa”. Estrategicamente, o faz fragmentando-a, tratando as suas sequelas como problemáticas particulares.

3 A PROFISSIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

É no contexto sócio – histórico acima descrito que emerge o Serviço Social como profissão. Iamamoto (1998) e Netto (2011) recuperam uma das linhas de pensamento que remete a um *continuum* desde as protoformas do Serviço Social (referidas aos propósitos de racionalização da assistência, na segunda metade do século XIX), passando pela “organização” da filantropia e, seguidamente, pela incorporação de parâmetros teórico-científicos a essas atividades filantrópicas, atribuindo-lhes um instrumental operativo de natureza técnica. Tal compreensão, de caráter mecanicista, conclui que é o embasamento teórico o fundamento que legitima a profissionalidade do Serviço Social.

Entretanto, essa compreensão deixa de lado a análise das bases histórico-sociais que demandam este profissional, criando um espaço sócio ocupacional que o inscreve na divisão sócio técnica do trabalho, o que vem a ser, efetivamente, o fundamento do Serviço Social.

“[...] na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para *criar* um dado espaço na rede sócio – ocupacional, mas *é a existência deste espaço que leva à constituição profissional*” (NETTO, 2011, p.73). Se devidamente contextualizada, a análise da inegável relação de continuidade entre as práticas assistenciais, caritativas e filantrópicas e o Serviço Social profissional, levarão à identificação de um universo institucional comum a ambas as áreas, cuja direção política, ideológica, cultural e teórica era conferida à Igreja Católica. Netto (2011) chama a atenção, ainda, para a relação contraditória de continuidade e ruptura que marca a institucionalização do Serviço Social. Ruptura à medida que,

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto – representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (p.71)

Desloca-se, aí, o significado social da sua ação, no contexto da reprodução das relações sociais, a partir da sua inscrição em uma relação de assalariamento. A natureza da atividade desenvolvida sob a mediação de Instituições (públicas ou não), confere ao assistente social, decisivamente, um caráter não liberal. Deste modo, considera-se que o Serviço Social não desempenha atividades produtivas, ocupando-se de tarefas necessárias ao processo de reprodução da Força de Trabalho (IAMAMOTO, 1986). “A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais.” (IAMAMOTO, 1998, p.24) Esse caminho contraditório, ressalta Netto (2011, p.72), explica por que a evolução da profissão é marcada pela,

[...] tensão entre os “valores da profissão” e os papéis que objetivamente lhe foram alocados resultou numa hipertrofia dos primeiros na auto – representação profissional – resultou num voluntarismo que, sob formas distintas, é sempre flagrante no discurso profissional.

Pelo exposto, pode-se afirmar que, distanciando-se da concepção que relaciona a profissão à “evolução da ajuda”, é a ordem monopólica que cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. É na dinâmica da sociedade burguesa consolidada que se lhe confere publicamente um caráter profissional, juridicamente reconhecido. Também é nesse contexto que a categoria profissional se laiciza, a partir da regulamentação pública da formação e do desempenho profissional, e de uma diferenciação teórico – política no seio da categoria, em

que pese a persistência de uma auto – representação com características confessionais. Configura-se, então, o mercado de trabalho para o assistente social, legitimado como “um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 2011)

4 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO NO BRASIL

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, em conexão com as Políticas Sociais, ambos representando a estratégia de expansão do papel do Estado, tendo em vista o enfrentamento das expressões da questão social via processo de modernização conservadora - tendência mundial após a crise de 1929 (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Data de 1936 a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, sendo a intervenção profissional, no período, marcada pelo assistencialismo. Nesse período,

Os núcleos pioneiros do Serviço Social, surgindo como ramificação da ação católica e da ação social [...] trata-se fundamentalmente de um núcleo feminino, originado do sistema de ensino mantido pela igreja e das modernas obras sociais; constitui-se a partir de moças e senhoras da sociedade, isto é, pertencentes aos setores abastados da sociedade; ter como um ponto em comum alguma forma de militância nos meios católicos (CARVALHO, In: IAMAMOTO E CARVALHO, 1982, p.222-223)

Na década de 1940, a influência norte americana substitui a influência europeia (franco – belga) que marcou a conjuntura anterior. A partir daí, o julgamento da população cliente é substituído por uma análise de cunho psicológico. Esse período marca a expansão do Serviço Social no Brasil, relacionada com as exigências do aprofundamento do capitalismo e mudanças ocorridas no pós II Guerra Mundial. É também nessa década que se institui o primeiro Código de Ética, pautado na perspectiva ética profissional conservadora.

Até a década de 1960, o Serviço Social é fundamentado na doutrina social da Igreja. Baseia-se no neotomismo - retomada da filosofia de São Tomaz - cujos princípios, entre outros, são a dignidade da pessoa humana e do bem comum, apresentando-se como uma “terceira via” entre o socialismo e o liberalismo.

A dimensão político – ideológica dessa intervenção em face da “questão social” é claramente exposta na Encíclica *Rerum Novarum*, em que Leão XIII defende a desigualdade como “natural” e necessária à reprodução da “ordem harmônica”, negando, com isso, a luta de classes, tida como algo que vai contra a natureza da sociedade. (BARROCO, 2010, p.83-4)

A partir da década de 1960, inicia-se um processo de ruptura por parte daqueles que começam a assumir uma postura dialética, inclusive na sua versão materialista. O desejo de superar o Serviço Social tradicional transplantado da Europa e dos EUA com práticas assistenciais e ajustadoras configura, então, o Movimento de Reconceituação. Esse movimento, ainda pautado na teoria funcionalista e na ideologia desenvolvimentista, concentrou-se, inicialmente, em adequar a profissão às exigências institucionalizadas do Estado autoritário e da grande empresa. (NETTO, 2008). Só mais tarde é que surgem posturas de reconceituação na perspectiva dialética. É também nesse período que se observa uma

Mudança do perfil dos profissionais de Serviço Social, que se tornaram trabalhadores assalariados, oriundos das camadas médias e baixas da classe trabalhadora. O Serviço Social inseriu-se na universidade, deixando a condição originária das instituições de ensino isoladas e confessionais, para mergulhar em um contexto majoritariamente público e laico. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009)

Entretanto, com o Golpe de 1964, a reflexão crítica cai para o aspecto técnico e o “fetiche de uma teoria metodológica” invade os círculos institucionalizados, transferindo-se para os seminários profissionais e estendendo-se para as atividades docentes (NETTO, 2008), baseado na linha estrutural-funcional e no discurso lógico do neopositivismo. Caracteriza a profissão, no período, a perspectiva modernizadora. É somente nesse período que se observa a introdução do tema das Políticas Sociais no currículo, marcada pelo viés tecnocrático.

A partir da crise da ditadura -1974 a 1979 - observa-se a emergência de uma sociedade civil mais complexa, dando lugar a uma organização da classe trabalhadora e à eclosão de lutas democráticas. Segundo Netto (2006, p. 150) “no processo de derrota da ditadura se inscreve a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional.” Assim, em 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – que ficou conhecido como Congresso da Virada, marca o início da legitimação de um Projeto de “intenção de ruptura” (NETTO, 2006; 2008). Hoje intitulado Projeto Ético Político, identifica-se com um projeto societário que responde aos interesses da classe trabalhadora, e que vai se consolidando em torno do reconhecimento da liberdade como valor central; compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos

indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos; garantia e ampliação de direitos. (NETTO, 2006).

A década de 1980, na esteira desse processo, impõe uma qualificação do debate crítico, a partir de uma interlocução com a tradição marxista. Nesse período, consolida-se a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social. O corpo profissional passa a operar uma acumulação teórica (NETTO, 2006). É lançado um novo currículo das escolas de Serviço Social: “[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à construção de *um novo perfil profissional*” (NETTO, 2006).

Marcadamente, a partir da segunda metade dessa década, observa-se um amadurecimento do debate profissional sobre a Política Social. Nega-se a influência de Althusser e aproxima-se de Gramsci.

Foram ressignificadas modalidades prático-interventivas tradicionais e emergindo novas áreas e campos de intervenção, com o que se veio configurando, numa dinâmica que está em curso até hoje, um alargamento da prática profissional, crescentemente legitimada, seja pela produção de conhecimentos que a partir delas se elaboram, seja pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. (NETTO, 2006, p.153)

Ressalte-se que contribuiu para a consolidação da profissão, além do redimensionamento da profissão e requalificação da prática profissional, a conquista de direitos que acompanhou a restauração democrática da sociedade brasileira.

Em 1986, houve a reformulação do Código de Ética – que avançou na sua dimensão política, rompendo com o conservadorismo, ao explicitar o compromisso profissional com a classe trabalhadora. As dimensões ética e profissional, entretanto, não foram suficientemente definidas neste Código. Nova reformulação iria acontecer em 1993, superando as limitações do Código anterior, respaldada na acumulação teórica dos últimos anos. Neste mesmo ano, é aprovada a Lei n. 8.669, de 17 de junho de 1993 que, juntamente com o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1999, compõe o tripé que regulamenta e dá sustentação à prática profissional até os dias de hoje.

No decorrer dos anos 2000, o Serviço Social vê-se premido pelo avanço das políticas neoliberais, com perda de direitos e precarização do trabalho no âmbito da sociedade brasileira. Fruto desse retrocesso, observa-se a disseminação dos Cursos de Serviço Social,

acompanhados da precarização da formação. Alarga-se uma fissura entre o comprovado crescimento na busca de fundamentação e consolidação teórica e as necessárias mudanças no âmbito da intervenção.

5 AS DIFICULDADES PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Na bibliografia dos anos 80, os autores sempre referem a importância da unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para uma intervenção com competência.

Entretanto, como adverte Santos (2012),

Porém, não vimos avançar nem na bibliografia nem nos fóruns de debates da e sobre a profissão uma discussão sobre a dimensão técnico-operativa, a qual aparece sempre como um apêndice das demais dimensões. [...] Parece existir uma preocupação com as singularidades das demais dimensões da intervenção, mas não com a última citada, nem com os instrumentos e técnicas, elementos que possibilitam, juntamente com os demais, a materialização da ação.

Essa lacuna, segundo a autora, decorre “de uma incorporação equivocada e não satisfatória da relação teoria e prática na concepção do materialismo histórico – dialético” (SANTOS. 2012, p.4). A adesão ao referencial teórico marxista, portanto, ocorreu em descompasso com a necessária apreensão de instrumentos e técnicas capazes de subsidiar uma prática coerente com essa teoria. Assim, a busca de superação do viés tecnicista, amparado numa visão positivista que marcou o período de consolidação da profissão, deu-se por meio da incorporação de um viés teorista.

O debate em torno dessa questão explicita, no âmbito da atuação profissional, dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática, bem como da relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético - política e técnico - operativa da intervenção profissional. Gera, ainda, expectativa equivocada quanto à potencialidade dos instrumentos e técnicas, ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Desse modo, a teoria foi apreendida como passível de transmutar-se imediatamente em prática, capaz de fornecer, por si só, instrumentos inerentes a ela, sendo, ainda, associada exclusivamente à formação profissional.

Por sua vez, a prática passou a ser entendida como reduzida ao uso de instrumentos e técnicas e, de forma dissociada, circunscrita à prática profissional (SANTOS, 2012). Ainda, segundo a autora, tais equívocos levam a “requisitar, para a intervenção, modelos prontos; dificultar a criação de novos instrumentos e técnicas adequados à realidade; apropriar-se, de forma problemática, dos instrumentos herdados de nossa tradição profissional.”(p.7).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo descrito revela a evolução da profissão que, à medida que avança numa reflexão crítica, posicionando-se politicamente, vai se fortalecendo e conquistando legitimidade, em que pese o marcante traço contraditório de sua inserção nas relações sociais. Desse modo, pode-se considerar que as dificuldades que ora se explicitam configuram mais uma etapa dessa transição, longe de ser concluída. Assim, no que tange ao processo endógeno da profissão – que não é isenta de conflitos e contradições - o debate e a prática já em curso poderão levar ao avanço na unidade teoria-prática.

O outro aspecto a se considerar é a incorporação desigual da compreensão do próprio projeto Ético Político no seio da categoria profissional, e o debate em torno da clareza quanto à sua materialidade nos campos de prática. Aqui, impõe-se um esforço de mão dupla: no âmbito coletivo, requer a presença ampliada de espaços de capacitação, reflexão e debate que possibilitem a construção de consciência críticas que permitam aos profissionais transitarem entre a prática imediata e um projeto emancipatório representativo do coletivo. Por outro lado, implica um comprometimento individual com uma atuação profissional crítica e consciente, com a adoção de estratégias sociopolíticas e profissionais que se coadunem com a luta mais ampla dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social Contemporâneo. . In: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.